

RESENHA

ENTRE MORTOS E VIVOS

O RAPTO DA VERDADE

BETWEEN LIVING AND DEAD

THE ABDUCTION OF TRUTH

KUCINSKI, Bernardo. K. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012. 2. ed. 184 p.

HELIENE CHAVES NAGASAVA | Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) e servidora do Arquivo Nacional.

RODRIGO DE SÁ NETTO | Mestre em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e servidor do Arquivo Nacional.

Fugidio, o passado não se presta a uma reconstituição integral, restando ao seu observador buscar significados no fluxo temporal, perseguir, enfim, a essência dos acontecimentos. Partilha da mesma natureza imprecisa, por sua vez, a memória, impressão gravada pelo tempo no imaginário social. Contudo, após períodos de exceção, como o inaugurado pelo golpe de Estado de 1964, é indispensável rememorar, evocar o que ficou para trás, trazer à luz porções desse passado que se pretendeu camuflar. A tarefa é ingrata, entretanto, quando à natureza já fragmentária da lembrança soma-se o trauma do silêncio forçado e da obstrução da verdade, táticas de um Estado que, sob um véu de legitimidade, precariamente sustentado pelo discurso oficial, transfigurou-se num dispositivo invisível de aniquilação e de perpetuação de uma “verdade fictícia”.

É pertinente, então, opor a essa “verdade fictícia”, que perdura sob a forma dos vários casos de mortes e desaparecimentos nas quais resta apurar a responsabilidade do Estado, uma “ficção verdade” que, apesar de descomprometida com a exatidão factual, valendo-se de um esqueleto ficcional consegue revelar os contornos de parte da memória que o regime autoritário quis enterrar. Pode ser visto dessa forma o livro *K.*, de Bernardo Kucinski, escritor, jornalista e professor da Universidade de São Paulo (USP) agraciado com o Prêmio Jabuti de Literatura em 1997. Na obra, Kucinski assume a identidade do pai em busca de informações sobre a filha, Ana Rosa, e seu marido, Wilson Silva, militantes da Aliança Libertadora Nacional (ALN) e sequestrados em 22 de abril de 1974, em São Paulo. São considerados desaparecidos políticos até o presente.

A escrita de *K.* é firme, por vezes áspera, mas, acima de tudo, direta. Seu despojamento formal acrescenta-lhe, entretanto, a contundência e verossimilhança do relato, fixando o foco na situação narrada. Transparece em *K.*, portanto, o dilema que abraça toda a produção literária do pós-guerra que, forçada a posicionar-se diante da era de catástrofes globais aberta pelos dois grandes conflitos do século XX, precisou conferir à palavra uma importância menor que ao significado por trás dela.

Esse estorrecimento da arte em face da barbárie, no Brasil, adquire traços próprios diante da reedição do horror, guardadas as proporções, promovida pelo Estado ditatorial, assumindo, frequentemente, um tom de denúncia que, se não é suficiente para a superação do trauma, ao menos esboça uma muito necessária catarse.

Em terras nacionais, a “literatura de testemunho” (Seligmann-Silva, 2003, p. 372), presente a partir do final da década de 1970, se vincularia à necessidade, daqueles traumatizados pelo Estado ditatorial, de narrar suas experiências, ainda que para isso precisem mergulhar no próprio sofrimento. Simultaneamente, o exercício serviria para conferir-lhes “esperança de que tal narração seja um meio de acusar o inimigo pela barbárie perpetrada, impedindo-o assim de continuar a adotar tais práticas”, (Franco, 2003, p. 360). *K.* precisa então falar e ser ouvido, libertar uma voz sufocada que a narrativa traz à tona: “foi então que, obcecado, passou a abordar fregueses que vinham pagar a prestação na loja, vizinhos da avenida e até desconhecidos. [...] A maioria ouvia até o fim em silêncio, [...] alguns poucos o interrompiam já no início, alegando hora marcada no médico, ou um pretexto parecido – como se ouvir já os colocasse em perigo” (p. 24).

Ao deixar de lado a pesquisa acadêmica, valendo-se apenas da memória como matéria-prima, Kucinski minimiza a necessidade de suporte factual para narrar as situações descritas (a essência da experiência vivida dele independe disso, de qualquer maneira), frisando, por outro lado, a natureza pessoal do texto. Ao mesmo tempo, a própria opção por preencher as lacunas do passado com a ficção denuncia o sucesso do programa de ocultação da verdade empreendido pelo regime autoritário. Já em seu aspecto formal, a obra, “exumação imprevisível desses despojos de memória” (p. 13), rende-se ao caráter fragmentário da reminiscência ao seguir uma cronologia não linear, ao mesmo tempo em que a narrativa se desloca entre a terceira e a primeira pessoa, quando assume a forma de cartas redigidas pelos desaparecidos. Nestas, a luta armada é questionada em seus objetivos, sucessos e fracassos. O tom da última carta, de Wilson, conhecido na ALN pelo codinome Rodriguez, é mais duro, trazendo reflexões sobre a necessidade de autocrítica, os justicamentos, as ameaças de desistência e, por outro lado, a insistência em continuar ao lado da culpa de abandonar a luta.

Mas se o ônus da realidade não precisa ser questionado, está no prefácio, o livro permite avançar em questões que tanto afligem os familiares de desaparecidos políticos. Ao se afirmar literatura e não história, o autor libera os leitores de buscarem o que é fato, o que realmente aconteceu, e permite-se aprofundar nas questões e emoções. Não é importante, portanto, especular se o relato da faxineira na Casa da Morte, em Petrópolis, ou a amante de Fleury são reais, esses personagens estão ali para ilustrar o tortuoso caminho da busca por informações, permeada de sofrimento e de perguntas nunca respondidas. Da mesma forma,

a reconstituição da fala dos torturadores, do incômodo de quem teve (ou tem) contato direto com responsáveis pelos desaparecimentos de presos políticos, dos diálogos, muitas vezes criados e recriados na cabeça dos familiares, responde ao propósito de conferir coerência a acontecimentos deliberadamente deturpados pelo regime. Ao mesmo tempo, nesses fragmentos imaginados está presente a necessidade da certeza, da confirmação da morte, em contraposição à tortura psicológica de não saber.

A necessidade de *K.* em obter a verdade esbarra, entretanto, num “muro de silêncio” (p. 142) levantado clandestinamente em volta da campanha de extermínio que a ditadura punha em marcha. Tal como Ed Horman, que se desdobrou para esclarecer o sumiço de seu filho no Chile pós-golpe, encarnado por Jack Lemon na película *Missing*, o que aguarda *K.* em suas averiguações é uma espessa cortina de fumaça projetada para despistar, confundir, exaurir cada partícula de força e determinação daquele que inquire.

Contudo, ao contrário de Horman, que termina por obter o corpo do filho, desvelando as circunstâncias do óbito e expondo ao público estadunidense o que ocorria no país sul-americano com o concurso do seu governo, *K.* não logra qualquer êxito, somando-se sua filha às fileiras de desaparecidos políticos que se contam, ainda hoje, às dezenas.

Em todo caso, atentar para as semelhanças nas diligências realizadas tanto por *K.* como por Ed Horman é um exercício elucidativo, na medida em que expõe uma unidade de procedimentos entre as ditaduras do Cone Sul para encobrir seu programa de eliminação. Aqui e ali, a produção e perpetuação do desaparecimento forçado obedecem a uma mesma lógica, o Estado exhibe a mesma hipocrisia encenada quando questionado, seus interrogadores são conduzidos aos mesmos becos escuros por mãos invisíveis e os corpos que procuram lhes são invariavelmente negados. “O Estado não tem rosto nem sentimentos, é opaco e perverso” (p. 22), já sabia o judeu *K.*

A reflexão revela outro ponto nevrálgico da obra: a aproximação da situação presente de *K.* com o contexto de aniquilação dos judeus sob o III Reich. Nessa medida, sua história não é apenas aquela de um pai que procura por sua filha, mas a saga de uma vida que tocou, em dois momentos distintos, a institucionalização do extermínio patrocinada pelo Estado.

O gatilho da memória aciona fatos na Polônia, a perseguição, a fala com delegados e a forma automática com que *K.* passa a esconder informações que poderiam prejudicar a localização do paradeiro da filha. A comparação se estende a ações e sentimentos, perpassando a burocracia, até aquela destinada a contabilizar os mortos. As semelhanças e disparidades vêm à luz, sobretudo, quando, ao enfrentar o silêncio em torno da desapareção da filha, *K.* descortina, aos poucos, os métodos do Estado ditatorial para a extirpação da porção indesejável da população, a oposição política unificada sob o rótulo redutor do terrorista e cuja perseguição, ainda que camuflada, se justificava sob o ideário de uma política de segurança nacional alertando para a ameaça de um novo tipo de “inimigo interno”.

Contudo, se a erradicação ainda é o propósito final, variando evidentemente em escala, a ditadura no Brasil, e no resto do Cone Sul, acrescentou um dado novo à fórmula do massacre: a desapareção forçada (Padrós, 2007, p. 3) como estratégia não apenas de liquidação física, mas de obliteração absoluta. A sua emergência enquanto método de supressão da

oposição, espantosa em sua cruel originalidade, deve-se aos pensamentos e ações daqueles que, impondo ao fluxo histórico uma direção que lhes convinha, capitanearam a América do Sul, entre as décadas de 1960 e 1980, homens como o argentino Jorge Rafael Videla (Padrós, 2007, p. 13), para quem “um desaparecido não possui identidade, não está morto nem vivo, está desaparecido”. A certeza da morte transforma os opositores em mártires, ao suprimi-la retira-se a sua identidade, seu rosto, sua história. Assim, ainda que ao olhar para trás visse as fogueiras inquisitoriais, os pogroms e a chacina dos judeus na Polônia, como poderia K. não pasmar-se em face de uma máquina “que engolia pessoas sem deixar traços”, um “sumidouro de pessoas” (p. 23; 27).

Essa modalidade de tortura, prolongada no tempo, em que o obscurecimento do destino dos desaparecidos condena seu círculo de relações à incerteza, impossibilita o desfecho do trauma e atira suas memórias num limbo. A contradição do luto privado de sua dimensão física, da morte sem registro, é ilustrada, em *K.*, pelo caso da correspondência bancária destinada à irmã desaparecida que teima em chegar: “a permanência de seu nome do rol dos vivos será, paradoxalmente, produto do esquecimento coletivo do rol dos mortos” (p. 17), ironia que dá a medida do dano causado à memória e do sofrimento perene imposto àqueles que se lembram.

Referências bibliográficas

FRANCO, Renato. Literatura e catástrofe no Brasil: anos 70. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

PADRÓS, Enrique Serra. A política de desaparecimento como modalidade repressiva nas ditaduras de segurança nacional. *Revista Tempos Históricos*, Unioeste, n. 10, p. 105-129, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O testemunho: entre a ficção e o ‘real’. In: _____. (org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003.

Recebido em 28/1/2014
Aprovado em 12/2/2014